

RODRIGO LOPES

VER PERFIL ▾



AO VIVO | "Sala de Redação" projeta jogos de Grêmio e Inter | Câmara dos Deputados vota regulamentação da reforma tributária | Acompanhar

295 mil endereços sem numeração • Análise

Os "sem-número", uma questão de cidadania

Sem número, prefeituras, Estado e governo federal têm dificuldade de desenvolver planejamento de infraestruturas públicas

10/07/2024 - 05h00min

Atualizada em 10/07/2024 - 11h54min



O Rio Grande do Sul tem 295.247 endereços sem numeração, segundo o Censo 2022. Isso significa que gaúchos e gaúchas que habitam essas residências podem estar sendo privados de acesso a serviços públicos básicos.

LEIA MAIS



Ingresso da Bolívia no Mercosul põe em xeque cláusula democrática



O legado do Catarina para SC

Não somos caloteiros

Se um morador, por exemplo, enfrentar uma emergência e precisar chamar uma ambulância do **Samu** ou o Corpo de Bombeiros, as **autoridades terão dificuldade para encontrar o local**. Precisarão seguir pistas, indicações ou pontos de referência, levando a uma demora no atendimento — o que, em última análise, pode significar a morte.

Sem número, prefeituras, Estado e governo federal têm dificuldade de desenvolver **planejamento de infraestruturas públicas**, como identificar demandas por transporte, escolas, hospitais, coleta de lixo e abastecimento de água e luz. **Essa realidade é mais preocupante diante de situações de calamidade, como a que o Estado vêm enfrentando.**

Sem números nas paredes de casa fica praticamente impossível desenvolver políticas públicas de **orientação e alerta de populações ou evacuação em caso de enchentes.**

Em todo o Brasil, **são 24,4 milhões de endereços sem identificação** — o que corresponde a 22,8% do total. Há situações bem mais graves do que a do RS — em Goiás, por exemplo, quase 2,5 milhões de residências não tem número. Na Bahia, a situação também é grave (2.439.274). Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo vêm um pouco atrás.

Por isso, deve ser saudada a iniciativa dos **Tribunais de Contas**, que pretende iniciar ações de sensibilização, orientação e fiscalização junto aos municípios com base nos dados fornecidos pelo IBGE.

— A ausência de formalização dessa situação dificulta que a população possa exercer os seus direitos de forma plena. Ruas sem nome ou sem número podem inviabilizar o atendimento de serviços públicos, comprometendo o trabalho da Polícia Militar, dos Correios, do Corpo de Bombeiros e do Samu, dentre outros — avalia o ouvidor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (**TCE-RS**) e vice-presidente de Relações Político-Institucionais da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), **Cezar Miola**.

Leia [aqui](#) outras colunas.

GZH Faz Parte Do The Trust Project

SAIBA MAIS

Mais sobre:

imóveis

tce

ibge

censo